

A IMPRENSA SINDICAL COMO ELEMENTO REVELADOR DA TERRITORIALIZAÇÃO DOS SINDICATOS

THE PRESS UNION AS AN ELEMENT OF DEVELOPER TERRITORIALIZATION UNIONS

Thiago Pereira de Barros¹

thiagobarros.evke@gmail.com

Marcelo Dornelis Carvalho²

mdcarvalho@ourinhos.unesp.br

RESUMO

O presente artigo analisa a territorialização dos sindicatos utilizando-se como ponto principal para tal objetivo o estudo da comunicação sindical, mais precisamente a imprensa sindical como meio delimitador da ação dos sindicatos. A imprensa faz parte do projeto político-ideológico dos sindicatos, e assim se apresenta como um possível instrumento metodológico de análise da ação política realizada pelos sindicatos junto a sua base.

PALAVRAS CHAVE: imprensa sindical; comunicação sindical; sindicatos; geografia do trabalho.

ABSTRACT

This article will examine the territorialisation of unions using as a focal point for this objective the study of communication union, more precisely the press union as a means of bounding action of unions. Since the press union is part of the project political-ideological of unions, and thus presents itself as a possible methodological analysis of political action by unions held along its base.

KEY WORDS: press union; communication union; unions; labor geography .

Introdução

Este artigo tem como objetivo averiguar as possíveis influências que a comunicação sindical, mais precisamente a imprensa sindical, pode ter na posição político-ideológica dos

¹ Bolsista FAPESP e aluno de graduação em Geografia pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) – Ourinhos. Membro do Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGet)-Ourinhos.

² Professor doutor do curso de Geografia da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) – Ourinhos; Professor do curso de Pós-Graduação em Geografia da UNESP-Campus de Presidente Prudente. Coordenador do Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT)-Ourinhos. Coordenador do Centro de Memória Popular Eder Sader (CEMEPES). Coordenador da Incubadora de Cooperativas Populares (INCOP)/UNESP-Ourinhos.

sindicatos. Para isso, compreendendo que a comunicação sindical é um elemento importantíssimo do sindicato. Logo, este mecanismo de aproximação dos sindicatos com a sua base não está imune às mudanças históricas que afetaram e afetam o sindicalismo no Brasil.

Vale mencionar, que este artigo é resultado de uma pesquisa de iniciação científica mais ampla intitulada: “Território e sindicatos em Ourinhos: estudo a partir da imprensa sindical”, na qual buscamos estudar a territorialização da imprensa sindical em Ourinhos-SP visto o caráter de comunicação de resistência que esta pode produzir frente à ofensiva patronal, atendendo em alguma medida às demandas da classe trabalhadora. Pretende-se analisar a interatividade potencial dos trabalhadores quanto à informação, diálogo, preservação da memória e construção da identidade coletiva. Para tanto se analisa os discursos presentes na imprensa sindical ourinhense, a forma como esta é organizada e o que revela quanto aos posicionamentos político-ideológicos do sindicato. Esta análise coaduna-se com as tentativas de aproximação da categoria trabalho e a geografia, com a tessitura dos liames definidores das práticas espaciais do capital e suas relações com os trabalhadores, na medida em que através da imprensa sindical podemos constatar o viés de resistência ou colaboração para o desenvolvimento capitalista, levando-se em consideração as complexidades e nuances que envolvem tais posicionamentos radicalmente contrários.

Neste sentido, buscando centrar nossa atenção à comunicação e a imprensa sindical, destacaremos neste presente artigo a nossa preocupação para com o papel da comunicação sindical na territorialização dos sindicatos.

Diante disso, expor-se-á a seguir uma breve contextualização do movimento dos trabalhadores e do sindicalismo no Brasil, posteriormente trazendo discussões teórico-conceituais, sobre a comunicação e a imprensa sindical, revelando a importância deste elemento do sindicalismo, e conseqüentemente trazendo a geografia destes temas do mundo do trabalho.

Os sindicatos no brasil

Neste sentido, é sabido que o Brasil possui uma característica peculiar no desenrolar de sua história, que se revela sem rupturas ou mudanças profundas em sua

estrutura social, como coloca Antunes (2011), buscando sempre equacionar dilemas utilizando a via da conciliação pelo alto, excludente em relação à classe trabalhadora e sempre tendo como última cartada a utilização, se for necessário, da contrarrevolução, “o Brasil encontrou na dependência e no subdesenvolvimento a sua forma de integração para fora e desintegração para dentro.” (ANTUNES, 2011, p.61).

Deste modo, e seguindo este dilema presente na classe dirigente brasileira o país se insere no seu processo de industrialização firmando um pacto entre o capital, o trabalho e o Estado. O Estado colocando-se como mediador dos conflitos entre o capitalista e o trabalhador, tendo como perspectiva atenuar os conflitos trabalhistas e garantir a livre circulação e acumulação de capitais durante o processo de industrialização no país. Sendo uma forma de manter a acumulação de capitais viável pela característica da inserção do Brasil na divisão internacional do trabalho, através do desenvolvimento desigual e combinado, que soube combinar a extração absoluta e relativa da mais-valia, através da utilização da mão de obra precária e explorada, como forma de garantir o processo de desenvolvimento econômico e industrial no país.

Este pacto foi realizado com sucesso durante o governo Vargas que soube controlar o movimento dos trabalhadores e atrelar o seu órgão de representação ao Estado, procurando diminuir os atritos entre o capital e o trabalho, construindo as bases para acumulação de capital no Brasil.

Coloca-se, portanto, a necessidade de compreender o movimento dos trabalhadores e o movimento sindical no Brasil como partes da processualidade na formação sócio-espacial nacional.

Neste sentido, para Rodrigues (1968), na tentativa de organizar o trabalho livre, temos a configuração da primeira fase de organização dos trabalhadores, sendo caracterizada como mutualista, coexistindo com o trabalho escravo, porém com a abolição da escravatura em 1888 vai assinalar o seu fim. Acrescenta ainda o autor, que este tipo de defesa utilizada pelos trabalhadores não abarcava todas as categorias de trabalhadores livres, mas apenas algumas atividades tipicamente operárias como a construção de navios, a impressão de livros, etc. Outra fase apontada por Rodrigues (1968) é o período de resistência entre 1888-1919, sendo denominado e caracterizado como o período de efervescência e agitação social, e também pela própria característica dos movimentos dos trabalhadores, reivindicativos e revolucionários. Esses movimentos dos trabalhadores

tinham neste período segundo o autor, ideais socialistas, mas também abrangiam alguns ideais positivistas e evolucionistas.

Desta forma, vale mencionar, que a constituição dos primeiros núcleos industriais no Brasil que surgem em meados do século XIX estão ligados às atividades manufatureiras. Contudo foi só após a Primeira Guerra Mundial que se estabelece um avanço no processo de industrialização. Foi nesse contexto de surgimentos dos primeiros núcleos industriais que também surgiram às primeiras influências do movimento operário, devido à imigração da mão-de-obra europeia, para trabalhar como assalariados no Brasil. Neste período a maior influência foram as correntes anarcossindicalistas, bem como socialistas e posteriormente comunistas.

Foi por meio do surto industrial, no início do século XX, que se deu a expansão da classe operária, especialmente nos ramos têxtil, metalúrgico, alimentício etc. É bom enfatizar, entretanto, que, dada a particularidade da subordinação e dependência estrutural do capitalismo brasileiro aos países centrais hegemônicos, o padrão de acumulação de base taylorista e fordista teve desde sua origem um caráter periférico, subordinado e hipertardio em relação àquela que se desenvolveu nos Estados Unidos e na Europa Ocidental, sustentando-se sempre na vigência de um enorme processo de superexploração do trabalho, que combinava, de modo intensificado, a extração absoluta e relativa da mais-valia, oferecendo forte incentivo para a acumulação industrial nascente. (ANTUNES, 2011, p.82)

O papel do imigrante no período de efervescência do movimento sindical brasileiro durante as duas primeiras décadas do século XX foi importantíssimo para o consubstanciamento do movimento sindical no país, pois de acordo com Rodrigues (1968), estes indivíduos vinham imbuídos de ideias e de técnicas desenvolvidas simultaneamente na época fértil do industrialismo europeu. Isto é,

Vinham possuídos de um grande espírito de proselitismo e agitavam não só, os meios operários mas, direta e indiretamente, os meios intelectuais de classe média, sobretudo jornalistas, estudantes, alguns setores do funcionalismo e mesmo dos meios militares. (RODRIGUES, 1968, p.32)

Neste sentido, veremos que as pautas reivindicatórias e as lutas desses trabalhadores situavam-se em várias frentes: pela modificação do regime da propriedade; o dia de 8 horas de trabalho; o repouso semanal ininterrupto de 36 horas; a proibição de trabalho dos menores de 14 anos e do trabalho noturno das mulheres; o estabelecimento do salário mínimo, baseado no custo atual dos viveres, devendo os pagamentos serem efetuados semanalmente; equiparação dos salários das mulheres e dos homens; regulamentação do trabalho; assistência ao trabalhador doente ou acidentado, liberdade de ação, igualdade de

direitos e liberdades religiosas; revisão da constituição e dos códigos, reorganização dos tribunais e justiça gratuita; reconsideração da situação social da mulher; completo respeito por parte dos poderes públicos às associações operárias e plena liberdade de pensamento; dentre tantos outros.

Tais bandeiras de lutas dos movimentos sindicais foram em partes atendidas pelo governo Vargas durante seu pacto entre o capital e o trabalho. Contudo, Vargas vai atrelar os sindicatos aos interesses e os ditames do Estado. Procurando apresentar as lutas anteriormente travadas pelos trabalhadores, por melhores condições de trabalho, como se fosse uma dívida concedida pelo Estado à classe trabalhadora, e aos sindicalistas combativos, perseguiu e matou as lideranças que se opuseram aos interesses do Estado junto ao canal de representação da classe trabalhadora.

Logo, o Estado interventor de Vargas criou a estrutura sindical vigente no Brasil a partir de experiências promovidas por outros países. Como coloca Troyano (1978), essa estrutura sindical oficial transforma a entidade de representação dos operários em uma mera extensão dos órgãos assistencialistas, jurídicos, e também uma forma de manter a classe operária dentro dos estreitos limites da ação determinada pelo próprio Estado no momento de criação oficial dos sindicatos, pela legislação de 1930. Segundo a autora, “Atinge-se o objetivo latente desta legislação para os sindicatos: disfarçada sobre o cunho de ‘proteção’ e ‘harmonia’ para o trabalhador, coube ao Estado à organização e o controle político da classe operária através dos órgãos sindicais.” (TROYANO, 1978, p.33).

Para Antunes (2011) a legislação sindical foi

[...] marcante para o movimento operário brasileiro, pois durante o getulismo erigiu-se uma legislação trabalhista que foi essencial para a viabilização do projeto de industrialização do país. Há décadas os trabalhadores brasileiros vinham lutando pelo direito de férias, pela redução da jornada de trabalho, pelo descanso semanal remunerado, pelo direito à greve e à liberdade de organização, entre outras bandeiras que pautavam a luta operária. Vargas, entretanto, ao atender tais reivindicações, procurou apresentá-las como se fossem uma dívida aos trabalhadores, assemelhando-se a uma forma de Estado benefactor. (ANTUNES, 2011, p.82)

Deste modo, o movimento de 1930, comenta Troyano (1978), é um marco para o movimento sindical no país, devido a sua política de defesa dos interesses do capital e seu papel no processo de industrialização no mesmo, o que mudará o eixo da economia brasileira, de agrária-exportadora para uma economia urbana e industrial. Assim a política de Getúlio Vargas baseada no pacto social e na colaboração entre capital e o trabalho foi

uma política de dominação e de busca de uma hegemonia entre as classes para impor os interesses do desenvolvimento industrial mais próximo aos interesses da burguesia industrial brasileira.

Neste contexto, considera Carvalhal (2000a), que a estrutura sindical brasileira forjada na ditadura varguista tem como característica principal a investidura do Estado sobre a organização dos trabalhadores e conseqüentemente sobre a ação sindical, o que impossibilitou em diversos momentos históricos a atuação dos sindicatos como verdadeiros atores sociais e políticos que representassem verdadeiramente a classe trabalhadora. Segundo Troyano (1978),

[...] o Sindicato passa a estar mais voltado para o controle da classe operária do que para os seus anseios e reivindicações. Amparado na legislação social, cujo caráter de 'doação' perdura até hoje, organiza-se segundo o modelo fascista-cooperativista, constituindo-se no instrumento ideal para o controle do operariado. (TROYANO, 1978, p.40)

Assim a posição do movimento sindical brasileiro frente às políticas econômicas e sociais durante a ditadura varguista é apresentada por Troyano (1978) como dividida em dois grandes grupos ou correntes. A primeira, denominada corrente amarela, identificada direta ou indiretamente com o Ministério do Trabalho, sendo conservadora, ordeira, e solidária com a concepção de desenvolvimento hegemônico vigente nos anos 30; a segunda corrente é a corrente conservadora que procura inicialmente manter-se independente ao enquadramento sindical, esta corrente é a responsável pelas greves deste período.

De acordo com Troyano (1978) o advento do imposto sindical é o alicerce fundamental para a manutenção dos serviços assistenciais, o que incentivou a associação dos trabalhadores buscando a prestação de serviços, independente da eficácia do sindicato na tentativa de representar os anseios da classe trabalhadora além dos limites dado pelo Estado na atuação da direção sindical.

Os demais períodos posteriores à década de 1930 na história do sindicalismo brasileiro são, segundo Troyano (1978), caracterizados entre outros aspectos, pelas tentativas de ruptura do modelo erigido nos anos 30, destacando-se nos anos de 1946/47 e o período entre 1956/1964, tendo grande alcance o PCB (Partido Comunista Brasileiro, fundado em 1922 sob a influência da Revolução Russa) que possuía grande força nos sindicatos mais combativos destes períodos, porém estas tentativas foram fracassadas devido à atuação feroz do regime varguista. Para a autora, a segunda metade da década de

1940 muda um pouco o cenário repressivo praticado pelo Estado, que embora a Constituição de 1946 tenha legitimado os dispositivos presentes na CLT, referente à autonomia sindical. Durante este período o país passou por uma ordem política mais aberta o que possibilitou significativas conquistas para os trabalhadores e o aumento reivindicativo da classe operária.

Com o golpe de Estado em 1964, há um declínio do intenso crescimento das forças sociais na participação política no Brasil, podendo ser caracterizada como uma verdadeira derrota para o movimento operário, como por exemplo, comenta Antunes (2011), o caso das Ligas Camponesas entre outras forças sociais oriundas do trabalho. Assim veremos que “A repressão ao movimento operário organizado, aos sindicatos, aos movimentos sociais rurais e às esquerdas abria caminho para inserção ainda maior do Brasil no processo de internacionalização do capital.” (ANTUNES, 2011, p.84).

O Estado militar, deste modo, se desenvolverá, segundo Antunes (2011), numa variante de Estado autocrático-burguês, extremamente repressivo ao movimento operário, que na ação econômica possuía um projeto capitalista de acumulação industrial bifronte: numa ponta foi estruturada a produção de bens de consumo durável, como, automóveis, eletrodomésticos etc., para um mercado interno restrito e seletivo composto pela classe dominante e parcelas da classe média; na outra ponta desenvolveu-se um polo voltado para a exportação, não só apenas de produtos primários, mas também de produtos industrializados.

Nesta perspectiva, constata Ferreira (1995), o período militar foi caracterizado por uma violenta repressão ao movimento proletário, havendo assassinato dos seus principais líderes, principalmente após a declaração do governo no ano de 1968 do AI-5 (Ato Institucional Número Cinco), que marcava uma ação do governo ainda mais repressiva, em resposta às greves que ocorreram nas cidades de Contagem (Minas Gerais) e Osasco (São Paulo) realizadas pelo movimento sindical no ano de 1968.

No entanto, o ressurgimento do movimento sindical se dá com as greves de 1968, porém os trabalhadores não conseguem superar os grilhões do Estado, o que, somente com o ciclo de greves deflagradas na segunda metade da década de 1970 levará a eclosão de um movimento sindical de grande envergadura.

Tratava-se, então, do ressurgimento do movimento operário e sindical do Brasil, estruturado em bases relativamente distintas daquelas vigentes no período pré-1964. Se na fase anterior havia a prevalência dos

trabalhadores das empresas estatais, nos anos 1970-1980 o principal núcleo das lutas operárias estava mais próximo do operariado metalúrgico, com destaque para o cinturão industrial do ABC paulista, um dos mais expressivos do mundo – uma espécie de Detroit brasileira –, onde originou-se a liderança de Luiz Inácio Lula da Silva. (ANTUNES, 2011, p.85)

Assim, constatamos como são majestosos os ciclos de greves que se desencadeiam no final da década de 1970. Como destaca Antunes (2011) estas greves criarão as condições para que se chegasse a uma fase espetacular das lutas sociais no Brasil no decorrer dos anos de 1980. Neste sentido, acrescenta o autor, podemos colocar a generalização de greves desencadeada pelos mais diversos segmentos de trabalhadores, iniciando com os metalúrgicos e abarcando outras categorias como: químicos, construtores civis, funcionários públicos etc., e inclusive greves gerais por categoria (como a dos bancários em 1995). Logo o “(novo) sindicalismo foi menos político em sua conformação e definição e mais fortemente autônomo em suas ações.” (ANTUNES, 2011, p.83).

A partir dos anos 1980, constataremos segundo Thomaz Júnior (2002), que devido a grande participação dos movimentos sociais na cena política brasileira, cria-se um ar de aspirações socialistas, durante a participação da população e entidades civis organizadas na construção da nova Constituição de 1988, nas eleições diretas de 1989, entre outros eventos com a participação da população. Contudo,

[...] foi mantido pela Constituição de 1988 o elemento cimentador da estrutura oficial corporativista do sindicalismo assistencialista, que seja, o imposto sindical, bem como o assistencial. Enquanto que para o primeiro o desconto é compulsório e fixado à base de um dia de trabalho, recolhido de uma só vez no mês de março de cada ano (artigo 580 da CLT e também prescrito no artigo 8º, inciso IV da Constituição), o segundo se dá à base de um percentual fixado em assembleia no mês da data-base, ou da assinatura de acordo ou convenção coletiva de trabalho, sendo ambos divididos apenas pelos empregados e não repassados pelos sindicatos à demais entidades de grau superior, admitindo-se, no entanto, a recusa do desconto por parte do contribuinte. (THOMAZ JÚNIOR, 2002, p.238)

A continuidade, mantida pela Constituição de 88, da estrutura vertical, ou do verticalismo do modelo jurídico, salientado por Thomaz Júnior (2002) pauta-se na tríade sindicato, federação, confederação que representa os limites da dita “liberdade sindical”. Acrescenta o autor, que essa dita liberdade está restrita a “unicidade sindical (artigo 8º, inciso II) e à estrutura vertical Confederativa (oficial) que, por sua vez, dão conformação e sentido ao monopólio da representação e da “autonomia” dos sindicatos.” (THOMAZ JÚNIOR, 2002, p.237).

Assim,

Nessas condições, o Estado cria o sindicato, estrutura por categorias de trabalhadores (definidas pelo e no processo de produção, tendo por base, portanto, a divisão técnica do trabalho como definidora do enquadramento sindical), que, nos limites da ordenação territorial do Estado, tem que ser único, tanto em relação à base territorial, quanto em relação à categoria (unicidade sindical). (THOMAZ JÚNIOR, 2002, p.240)

Foi nesse mesmo ciclo de greves, que se desencadeia o surgimento do novo sindicalismo, e a reaproximação entre os sindicatos e os trabalhadores. É deste período também a origem das Centrais Sindicais, como a Central Única dos Trabalhadores (CUT), fundada em 1983 e tendo suas aspirações, e sua gênese, em um sindicalismo classista, autônomo e independente do Estado oriunda do I Conclat (Congresso Nacional da Classe Trabalhadora). Em 1986 surge no II Conclat, a Central Sindical Geral dos Trabalhadores (CGT), que tem como objetivos a defesa da estrutura oficial vertical dos sindicatos, as contribuições sindicais e o repúdio expresso às bandeiras empunhadas pela CUT. Em 1991 surge também a Força Sindical (FS) tendo esta, como propósito explícito o intuito de frear a expansão da CUT no sindicalismo brasileiro, suprimindo uma lacuna importante do sindicalismo pelego, atrelada ideologicamente ao capital.

Contudo, para Thomaz Júnior (2002) as bandeiras defendidas pela CUT, de um sindicalismo independente do Estado, autônomo, que luta pelo fim do imposto sindical, por uma verdadeira representatividade sindical vinda da classe trabalhadora, entre outras, foram se perdendo no decorrer dos anos 90. Hoje esta central sindical está cada vez mais próxima das centrais sindicais que nasceram repudiando as suas bandeiras, defendidas e elaboradas no início do novo sindicalismo no Brasil. Desta forma as aspirações de um sindicalismo fora do oficial foram com o tempo se perdendo.

Os efeitos da complexa simbiose, “entre o neoliberalismo e reestruturação produtiva trouxe consequências muito profundas para o universo da classe trabalhadora, o movimento sindical e a esquerda brasileira.” (ANTUNES, 2011, p.86). E com isso, as próprias centrais sindicais sofreram com estes efeitos³.

³ Vale acrescentar, a respeito das centrais sindicais, que durante o último ano do segundo mandato do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi acrescentado a medida provisória: A Lei 11.648/2008 que trouxe nova redação à CLT incluindo como beneficiária da arrecadação sindical às CENTRAIS SINDICAIS. Tal lei, legaliza as Centrais Sindicais no Brasil, dando a elas o direito, além de uma porcentagem do imposto sindical, o de representatividade dos trabalhadores, como: o direito de decretar greves, estabelecer Convenção ou Acordos Coletivos). Segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego (apresentados no site da Rede Brasil Atual no dia 29/04/13), veremos que somente cinco centrais são reconhecidas pelo Ministério do

O sindicalismo brasileiro, portanto, coloca Lara (2010) vem trilhando pelo caminho da institucionalização, com valores estabelecidos pela sociabilidade do capital, desde o período varguista, predominando o sindicalismo corporativista.

Logo, durante a década de 1990, o sindicalismo brasileiro encontra-se em um cenário inóspito, com o avanço do trabalho precário e a ofensiva ideológica do neoliberalismo. Ou seja, nos anos 90, presenciamos a lógica da desregulamentação, da internacionalização, do livre mercado que foram praticadas com excelência, iniciando-se no curto governo Collor e tendo seu principal maestro, o governo FHC (Fernando Henrique Cardoso). Neste período veremos que os sindicatos combativos mudaram sua atuação, de reivindicações/conquistas trabalhistas e sociais durante os anos 1980, para um sindicalismo mais defensivo que lutava para manter suas conquistas de anos anteriores.

Contudo, nesse período neoliberal no Brasil, vale destacar, os sindicatos brasileiros não enfrentaram essa ofensiva de maneira totalmente defensiva, como mesmo coloca Antunes (2011), afinal alguns sindicatos resistiram à ofensiva. Já que este período é marcado por

[...] muitas lutas sociais, iniciadas com a histórica greve dos petroleiros de 1995, que procurava impedir o desmonte da Petrobras, bem como a destruição dos direitos sociais da categoria. Esta paralização geral foi reprimida de maneira violenta pelo governo FHC, por meio do Exército, da polícia, do Judiciário, da mídia etc., todos fortemente articulados para derrotar os petroleiros. (ANTUNES, 2011, p.87)

Por outro lado, vale esclarecer que a ideologia neoliberal, como afirma Boito Júnior (1999), é uma apologia abstrata do mercado que se aplica, de modo geral, sempre e quando tal atuação interessar ao capital financeiro, ao imperialismo e à grande burguesia monopolista. Nesse sentido, sobre a política social neoliberal neste período veremos como se aprofundou “[...] as más condições da saúde, educação e moradia, porque reduziu os gastos do Estado, que já eram pequenos, em todas essas áreas e também porque se orienta por uma concepção antipopular de política social.” (BOITO JÚNIOR, 1999, p.77).

Sendo assim, esses últimos 40 anos no Brasil, como descreve Lara (2010), vem sendo marcado pelas privatizações, precarização das relações de trabalho, informalidade, destruição dos direitos sociais, recuo da responsabilidade estatal, refilantropização das

Trabalho, são elas: CUT, Força Sindical, UGT, CTB e NCST. Além disso, só estas centrais podem receber sua parcela de contribuição sindical – na divisão atual, enquanto os sindicatos recebem 60%, as federações 15%, as confederações 5%, e o MTE e as centrais 10% cada.

políticas sociais, dentro dos receituários colocados pelo neoliberalismo, acentuando as contradições mundiais da acumulação capitalista. Já os canais de representação dos operários, aqui os sindicatos, sofrem com a fragmentação imposta pela estrutura sindical oficial (categorias), o que para Lara (2010), apenas reforça as identidades corporativas em prejuízo da consciência de classe coletiva.

Neste sentido, como se constatou, se os sindicatos sofrem com as amarraduras impostas pelo sistema, pelo Estado, entre outros agentes, de maneira a fragmentar e desmobilizar os próprios sindicatos e os trabalhadores, conseqüentemente os elementos fundantes do próprio sindicalismo serão, pois, do mesmo modo afetados e coadunados de distintas formas, prejudicando assim um bom funcionamento e relação dos sindicatos para com os trabalhadores e vice-versa.

A comunicação sindical

Pensando em um dos elementos fundamentais presentes no sindicalismo, veremos o papel de destaque da comunicação sindical. Já que por esta compreendemos as atividades desenvolvidas pelos sindicatos na tentativa de se comunicar com a sua base, através de vários mecanismos como: os jornais, boletins, corpo-a-corpo, “aviõezinhos”, revistas, televisão, rádio, e-mail, site, entre outros. Além disso, vale sempre frisar que a comunicação é diferente de informação, pois a primeira é necessariamente interativa, enquanto a segunda pode ser monológica, isto é, um fala e o outro escuta. No entanto, devemos aprofundar nossa análise e buscar compreender melhor essa comunicação sindical. Deste modo, indagamos: qual é o papel da comunicação sindical dos/nos sindicatos e para a organização da classe trabalhadora?

Assim, constata-se que a comunicação sindical é o principal elemento da ação dos sindicatos, pois a imprensa sindical é reveladora da ação ideológica dos sindicalistas. Desta forma, a dinâmica da prática sindical está estritamente ligada com a dinâmica da comunicação sindical, ou seja, a comunicação sindical está relacionada com os objetivos estratégicos da ação sindical e com as concepções políticas defendidas pelos sindicatos. Em outras palavras, como destaca Giannotti; Santiago (1996) a comunicação sindical se revela como um verdadeiro coração da ação sindical, devido às suas próprias características fundamentais de ação/atuação/influência dos/nos sindicatos e para os trabalhadores.

Neste sentido, coloca Momesso (1994), encontraremos basicamente três tipos de concepções presentes na comunicação sindical brasileira, são elas: o peleguismo, o sindicato de resultado e o sindicalismo classista. Segundo o autor, estas três concepções sobre comunicação sindical vão ter posições diferenciadas no que se refere à comunicação, na forma de geri-la, e também na própria relação com a grande imprensa. Assim veremos que estas diferentes visões de concepção da comunicação sindical expressam a própria política e postura de um determinado sindicato. Ou seja,

A política sindical não só determina a importância atribuída a comunicação mas também o comportamento que ela deve assumir. Enquanto o peleguismo não atribui grande importância à comunicação, o sindicalismo de negócio assume o padrão mercadológico e o sindicalismo classista se debate na tentativa de criar um modelo participativo. (MOMESSO, 1994, p.67)

Desta maneira, faz necessário brevemente compreendermos a influência dessas três concepções dentro do movimento sindical brasileiro.

Com a institucionalização do sindicato realizada com Getúlio Vargas a partir da década de 30, deu-se origem a concepção peleguista ou amarela denominada naquela época. Esta concepção dentro dos sindicatos tem sua origem devido à institucionalização do sindicato e o seu atrelamento ao Estado, o que se completa com a instituição do Imposto Sindical em 1940 fazendo com que o canal de representação da classe trabalhadora fosse ordenado e se tornasse mais um meio de controle do Estado sobre os trabalhadores.

Segundo Momesso (1994) esse atrelamento do sindicato ao Estado era realizado por Vargas com várias facetas, isto é, mediante uma ação legal, mas também através da tentativa de cooptar os líderes sindicais oferecendo vantagens pessoais e ao mesmo tempo perseguia, prendia e sumia com os líderes que se demonstravam incorruptíveis. Logo veremos a intervenção e o fechamento dos sindicatos que não aceitavam o seu atrelamento ao Estado. Sendo assim o peleguismo é caracterizado

[...] pela sua postura burocrática, de conciliação de classe, pelo imobilismo e indiferença em relação às lutas dos trabalhadores e preocupa-se com as atividades assistenciais. Seu valor ideológico supremo é o Estado, que lhe garante o sustento e a quem presta contas. Seus guias são as normas legais ou portarias ministeriais. Atua como intermediário nos conflitos entre patrões e trabalhadores buscando a colaboração de classes e prioriza, a nível do sindicato, o trabalho assistencialista que lhe dá respaldo junto à categoria. Teve seus períodos áureos nos períodos ditatoriais. Foi responsável pelo surgimento da burocracia operária no Brasil. (MOMESSO, 1994, p.68)

Já na metade da década de 1940, o peleguismo perde força e o sindicalismo combativo ganhou força com a pequena abertura e liberdades democráticas existentes naquele período. Contudo com o golpe militar de 1964, este cenário iria se modificar novamente, o que ocasionou um retardo aos movimentos sociais no Brasil e a concepção peleguista renovou suas forças dentro do movimento sindical brasileiro. Acrescenta Momesso (1994) que em relação à comunicação sindical a prática peleguista visa à burocratização, ações conciliadoras e indiferentes aos interesses dos trabalhadores, e mais não privilegia a dinamização do fluxo das informações, mas sim a difusão das realizações da diretoria e a divulgação do assistencialismo em busca do reconhecimento da categoria.

Logo, o peleguismo

Não objetiva formar uma consciência sindical e política, mas informar os associados sobre seus direitos legais e sobre as atividades principalmente assistencialistas do sindicato e garantir para a diretoria uma posição de poder constituindo base para a sua sustentação. (MOMESSO, 1994, p.69)

Com o ressurgimento do sindicalismo brasileiro a partir da metade da década de 1970, através das vitórias das oposições sindicais, esta prática de atrelamento e de sindicalismo assistencialista praticada pelos pelegos, entrou em decadência, o que levou esta concepção a buscar formas de se reciclar e também de se adaptar para reduzir sua “perda de terreno” frente ao avanço do sindicalismo combativo. De acordo com Momesso (1994), esta decadência do peleguismo levou as classes dominantes e a grande imprensa a apostar no sindicalismo de negócios ou no chamado sindicalismo de resultados, como o principal meio de ligação do governo e dos patrões junto às classes trabalhadoras para defender os interesses dos primeiros. Vemos que

A lógica de suas concepções ajusta-se ao neoliberalismo, corrente de pensamento que corresponde aos interesses da internacionalização do capital e da economia, defendida especialmente pelos grandes conglomerados empresariais multinacionais que propõem a livre iniciativa, o livre comércio, o livre fluxo de informações e se posiciona contrariamente á intervenção do Estado na economia, deixando o campo aberto para a livre atuação destes conglomerados. (MOMESSO, 1994, p.70)

Nesta segunda concepção, portanto, o sindicato é considerado como um instrumento de venda de mão-de-obra, devendo proporcionar através de todos os meios possíveis, a redução dos atritos entre patrão e empregados e também garantindo bons acordos e vantagens aos trabalhadores. Sendo assim, esse sindicalismo de resultados terá nas leis de mercado o seu oráculo, considerando, pois, artificiais as conquistas legais gerais

dos trabalhadores obtida através de anos de batalha pelo sindicato em todo o mundo, afinal para essa concepção, as conquistas legais são inaplicáveis se as condições de mercado não as permitem.

Além disso, o sindicalismo de negócios propagandeia a democratização do capital, através da aquisição de ações pelos trabalhadores. Nesta lógica, os dirigentes sindicais precisam ser bons comerciantes, competentes e preparados, para serem bons dirigentes, ou seja, essa concepção prega a profissionalização e se colocam como apartidários, pois defende a alternância de partidos no poder o que pode propiciar a esta concepção possibilidades de barganha.

De acordo com Momesso (1994), o combate ao partidarismo praticado pelo sindicalismo de resultados se deve a sua postura de não possuir um projeto substitutivo ao sistema capitalista, além de ser uma tática para obter apoio de diferentes partidos com suas diferentes concepções políticas-ideológicas. Além disso, a ideia de ser uma empresa de venda de mão-de-obra dos trabalhadores crava, portanto, a sua identidade, como um sindicato reprodutor dos ideais capitalistas dentro de uma instituição de representatividade dos trabalhadores, e sua postura apolítica tenta esconder sua real identidade com a ideologia dominante. Acrescenta ainda Momesso (1994) que este tipo de concepção dentro dos sindicatos teve certo êxito a partir da década de 1980/90 graças à manutenção dos dirigentes sindicais de dois grandes sindicatos em São Paulo. São eles:

[...] o Sindicato dos Eletricitários, cuja direção foi mantida durante muito tempo por Rogério Magri, ex-ministro do trabalho, graças a composição com forças reformistas; e o Sindicato dos Metalúrgicos, cuja direção pelega se manteve no final da década de 80 através da reciclagem e de composições com partidos de esquerda e forças reformistas, vindo, sob a direção de Luiz Antonio de Medeiros, a aderir claramente ao sindicalismo de negócios. (MOMESSO, 1994, p.72)

Passemos para a terceira e última concepção, que é a do sindicalismo classista, definido deste modo por ter um projeto de classe como coloca Momesso (1994). Esse sindicalismo classista procura mobilizar aos trabalhadores, com o objetivo de conquistar melhores salários, condições de vida e trabalho, contudo não se limitando apenas à luta reivindicatória como objetivo em si mesmo, mas a partir dela unindo e organizando os trabalhadores com o caráter representativo de toda a classe trabalhadora em oposição à classe e a hegemonia dominante burguesa. Desta forma, tem na unidade o elemento vital para a ação sindical, visando à superação do capitalismo, como forma de produção e organização social, e assim visando à construção de um sistema embasado em uma nova

sociabilidade que leve em conta a perspectiva da classe trabalhadora e as suas inquietudes, o que para alguns autores poderia ser a tentativa de construção de um sistema socialista.

Para a superação do capitalismo, esta vertente classista defende a existência de partidos políticos comprometidos com a classe trabalhadora, com suas aspirações históricas. Pontua ainda Momesso (1994), que neste caso, os sindicatos são vistos como escola de formação da consciência de classe e da formação política das pessoas que vivem do trabalho.

Vale mencionar que a origem desta vertente do sindicalismo no Brasil vem

[...] orientado pelos anarquistas, socialista, comunistas e outras correntes de pensamento tem uma história de lutas e resistência. Durante a ditadura que se iniciou em 64 foi perseguido e alijado dos sindicatos, como sempre ocorreu durante governos autoritários. Manteve, porém, uma atuação de resistência quase imperceptível em alguns momentos, mobilizando, organizando e conscientizando os trabalhadores, lutando pela participação nas entidades e ganhando destaque a partir das greves do ABC em 1978. (MOMESSO, 1994, p.74)

A partir do ressurgimento do sindicalismo no Brasil, como analisamos no início deste artigo, as oposições sindicais liderados pelas militâncias ligadas ao sindicalismo classistas foram se fortalecendo e ganhando as eleições nos sindicatos, antes dirigidos pelos pelegos durante o período militar. A consciência nascente dentro desse novo sindicalismo que surge a partir do próprio ressurgimento do movimento sindical no Brasil, no final dos anos 70, apresenta como característica principal uma consciência de que as soluções para os trabalhadores são políticas, e que a luta puramente econômica apenas irá propiciar conquistas momentâneas que logo se perderam com a inflação, o arrocho, entre outros elementos, e que, portanto, sem as conquistas políticas elas se perderão. A partir dessa congruência de forças que nasce o Partido dos Trabalhadores (PT) com a participação dos Sindicatos dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e dos Bancários de São Paulo, da oposição sindical, da igreja católica, entre outros. Dentro deste mesmo movimento de forças sociais, mais precisamente dentro do movimento sindical, nasce a Central Única dos Trabalhadores (CUT) que vai amalgamar a maioria dos sindicalistas classista durante o período das décadas de 1980 a 1990.

A diferença do sindicalismo de negócios para o peleguismo é que o primeiro não está simplesmente submisso ao capital, como mesmo pontua Momesso (1994), mas disputa, respeitando as “regras do jogo”, um espaço para os trabalhadores, e também se difere do sindicalismo classista, ao qual se coloca como alternativa, devido à inexistência de

um discurso de rompimento com o capital, mas sim de construção de alianças e de consenso entre as classes.

Contudo, mesmo compreendendo a existência dessas três concepções sobre a comunicação dentro dos sindicatos, não podemos fazer enquadramentos simplificados do movimento sindical, como mesmo nos alerta Momesso (1994), devido à própria dinâmica e complexidade existente dentro dos sindicatos. Afinal dentro de um sindicato pode existir correntes de pensamentos divergentes, que se posicionam com diferentes concepções em relação à própria comunicação sindical, e que podem até mesmo alternar entre uma ou outra concepção de comunicação. Porém, achamos pertinente descrever brevemente, neste presente artigo, a influência dessas três concepções dentro do movimento sindical brasileiro, a fim de dar uma atenção a um aspecto que mesmo assim não deixa de ser importante num estudo desta magnitude.

Destarte, a importância da comunicação sindical para os sindicatos é que ela é o elemento de ligação entre o projeto político do sindicato e a sua ação. Nela ficam expostas as próprias concepções dos sindicalistas e suas orientações em torno do movimento sindical, e, devido às suas concepções, como vimos anteriormente, estas podem ajudar ou não a classe trabalhadora na busca por melhores condições de trabalho e de idealizar outro tipo de sociabilidade que não essa exposta pelo sistema capitalista de produção. Contudo, isto vai depender do posicionamento político ideológico de cada sindicato frente aos avanços do capital que, por sua vez, buscam sempre a exploração da classe trabalhadora em detrimento de maiores acúmulos de capital.

Cabe acrescentar o papel que a imprensa sindical – um dos instrumentos da comunicação sindical – pode desempenhar na organização dos trabalhadores, a sua própria existência está articulada à necessidade dos sindicatos em informar os trabalhadores, a sua forma de organização é reveladora também desta leitura de mundo e particularmente dos objetivos dos sindicatos para os dirigentes. Ou seja, dependendo de como é organizada a imprensa sindical e a comunicação sindical podemos compreender como os dirigentes entendem o papel dos sindicatos.

A imprensa sindical: um elemento importante da comunicação sindical

Diante do exposto busca-se neste momento, discutir sobre a importância da imprensa sindical e as suas contribuições nos diferentes momentos históricos que

influenciaram o movimento sindical no Brasil, e sua importância na territorialização dos sindicatos.

A imprensa sindical nasce como a imprensa operária, não que sejam a mesma, afinal a imprensa operária tem um alcance maior que a primeira. Isto é, a existência da imprensa operária, destaca Ferreira (1988), está no fato de que ela sempre estará ligada a alguma forma de organização da classe trabalhadora, seja partido político, sindicato ou outra espécie de agremiação. Contudo, acrescenta a autora o fato de ser uma imprensa ligada e produzida por operários do ponto de vista do emissor, e vista pelo receptor é, aquela que tem seu conteúdo dirigido prioritariamente ao público operário, que tenha seus conteúdos voltados aos problemas que atinge a esta classe social. Porém, revela ainda a autora, a imprensa operária é também aquela produzida por não operários, que, todavia visam este público, que trabalham temáticas operárias e que defendem a perspectiva do operariado.

O veículo de comunicação da classe trabalhadora – quer seja representante de sindicato ou de partido – não tem proprietário, e sua mensagem não é uma mercadoria a ser consumida; seu conteúdo é resultado do conjunto de informações, preocupações, propostas etc. produzido pela coletividade e para ela mesma. O jornal é um instrumento de informação, conscientização e mobilização; o receptor não é um elemento passível, mas alguém que tem interesses comuns e participa da mesma forma de organização. (FERREIRA, 1988, p.06)

Desta forma, a comunicação torna-se um mecanismo ou instrumento de intercâmbio, de interatividade entre os trabalhadores e os sindicatos, e não um mecanismo de dominação ideológica e de controle. A imprensa operária não pode ser avaliada de forma desvinculada do movimento operário, pois ambos estão relacionadas na história das lutas travadas pela classe trabalhadora, e ambas são produtos da Revolução Industrial e do desenvolvimento do capital industrial, como pontua Ferreira (1988).

A história da imprensa operária no Brasil é dividida, segundo Ferreira (1988), em três etapas. A primeira etapa está relacionada ao início do processo de urbanização no país, junto com o processo de transformação ocorrida no Brasil na virada do século XIX para o XX, tendo seu fim entre 1922 e 1930 com a mudança de orientação sofrida pelo operariado brasileiro e o processo de industrialização, esta etapa pode ser definida como anarcossindicalista. A segunda etapa é considerada desde a fundação do Partido Comunista Brasileiro até o golpe de Estado ocorrido em 1964. Nesta segunda etapa há dois importantíssimos eventos para a compreensão da história do trabalhador brasileiro: o nascimento do PCB, que mudou a orientação da organização operária; e o getulismo que

colocou os sindicatos sobre controle do Estado, sendo assim, esta fase pode ser denominada como uma imprensa sindical-partidária. Por fim, a terceira etapa é definida pelo momento do ressurgimento do sindicalismo no Brasil, após sofrer anos de desbaratamento e intervenção do Estado autoritário durante a ditadura militar. E aí, nessa fase, segundo Ferreira (1988), que teremos uma imprensa sindical propriamente dita.

No entanto, antes de iniciar, propriamente, a análise de cada etapa da imprensa operária no Brasil, e nos aprofundarmos nesta discussão, se faz necessário antes esclarecermos algumas de suas peculiaridades em relação a outros países.

A imprensa sindical brasileira é um fenômeno ímpar na experiência sindical internacional. Ela tem estrutura própria, periodicidade e capilaridade proporcionada pelo modelo sindical em vigência: sindicatos por ramos econômicos, por categoria profissional verticalizados a partir da base do município; federações estaduais, regionais e nacionais; confederações por categoria econômicas e as centrais sindicais. O que, em parte, a torna responsável pela significativa participação dos trabalhadores nas lutas organizadas pelos sindicatos. (FÍGARO, 1993, p.5)

Compreendendo assim suas peculiaridades devido a sua própria estrutura, forjada por Vargas e sobrevivente a consecutivas novas Constituições Nacionais, refletiremos sobre cada etapa das imprensas do sindicalismo brasileiro.

Em meados do século XIX as Associações de Trabalhadores Livres com o caráter de ajuda mútua se constituíram nas primeiras experiências de organização dos trabalhadores. Porém, coloca Fígaro (1993), será apenas com os imigrantes, em sua maioria de italianos, em decorrência da crise capitalista que assolava o continente europeu ou por serem foragidos da repressão políticas, que impulsionaram as lutas operárias no país. Contudo, a participação dos intelectuais, será também significativa na difusão das doutrinas socialistas no meio operário.

Neste primeiro momento, a orientação que predominou na imprensa sindical era anarcossindicalista e as principais características dos jornais eram seu caráter esporádico aparecia quando existia um movimento a ser desencadeado, no período de gestação e preparação para as greves e em outros eventos. Nesta fase os operários eram os próprios jornalistas que produziam os jornais.

Não era o jornal que procurava a notícia, mas ao contrário. Era farto o material que chegava às 'redações': cartas, relatórios sindicais, notícias de greve, chamadas para assembleias e reuniões. A periodicidade, o formato e o número de páginas eram determinados pela necessidade dos

acontecimentos e, principalmente, pelos recursos financeiros. (FÍGARO, 1993, p.8)

Já na segunda etapa a imprensa operária sofre uma mudança radical a partir da existência do PCB os principais jornais operários estarão ligados a partidos políticos, como pontua Ferreira (1988), o que na fase anterior não ocorrera devido à orientação anarcossindicalista ser apartidária e apolítica, enquanto esta nova imprensa é antes de tudo política e ligada ao partido político.

Com a chegada ao poder por Vargas e o atrelamento dos sindicatos ao Estado crescerá a presença do peleguismo nos sindicatos e a perseguição às lideranças do PCB devido as suas orientações políticas e a entrada do Brasil na II Guerra Mundial. Depois da guerra o país viveu um curto período democrático cessado com um novo golpe, os dos militares patrocinados e defendidos pelos setores mais retrógrados da sociedade brasileira. Neste período, a intervenção aos sindicatos é algo natural e o fenômeno do peleguismo retorna aos sindicatos. Os jornais sindicais durante o período da ditadura tinha suas páginas ocupadas com festas, assistencialismo, leis, notícias da grande imprensa, entre outras. Este cenário só mudará com as greves do final da década de 1970.

Já a imprensa sindical nasce com o ressurgimento do sindicalismo no Brasil e a sua principal diferença entre as outras duas, segundo Ferreira (1988), é que esta dá maior importância a uma avaliação da imprensa de classe, além de não ser feita por operários em tipografias ou gráficas cedidas aos operários, mas sim por gráficas pertencentes aos sindicatos e muitas vezes elaboradas por profissionais contratados pelos sindicatos, no caso jornalistas, o que difere da imprensa operária em que as notícias são elaboradas pelo próprio operário em uma troca constante de interação entre o sindicato e a base. Para a autora a figura do jornalista operário nessa fase tende a desaparecer.

A partir da década de 1980 há uma grande mudança no movimento sindical. Os sindicatos mais fortes criam o Departamento de Comunicação, e o crescimento econômico dos sindicatos permitem a profissionalização de sua imprensa que passa a ser produzida por sindicatos fortes e distribuída regionalmente. Neste período os sindicatos conseguem adquirir toda uma estrutura para montar seus Departamentos de Imprensa, com até mesmo funcionários especializados e contratados pelas lideranças sindicais.

Mas então, o porquê da importância da comunicação sindical, ou melhor, da imprensa sindical para os sindicatos? Acreditamos que a imprensa sindical é o elemento de grande importância para os sindicatos, afinal é o canal de ligação entre o projeto político

ideológico do sindicato e a ação dos próprios sindicatos, ou seja, é o mecanismo de veiculação das informações entre as lideranças sindicais e a base dos trabalhadores. Desta forma, as notícias contidas nesta imprensa e o caráter do conteúdo trabalhado no mesmo podendo indicar ou não a postura do sindicato frente aos interesses da própria classe trabalhadora, e também o papel dos sindicatos na própria luta de classes.

Outra característica importante é que o próprio ato de se comunicar é carregado de ideologias, e a grande imprensa utiliza-se de todo o seu aparato para tentar desmobilizar e fragmentar a classe trabalhadora, ficando claro seu interesse de defender a exploração exacerbada do capital, acentuando a exploração, precarização, degradação das condições do trabalho dos trabalhadores.

Logo, a comunicação sindical e mais precisamente a imprensa sindical são muito mais do que um meio de comunicação, afinal são fenômenos da atividade humana, vinculados aos processos culturais, sociais e políticos. E esta imprensa sindical tem o dever por herança de ser o veículo de comunicação das classes trabalhadoras. Nela deve ficar exposta e ser contada a história da luta dos trabalhadores por eles mesmos. Este elemento do sindicato deve buscar contrapor os grandes meios de comunicação que defende o *status quo* da sociedade burguesa, pois

Os meios de comunicação não são apenas instrumentos para comunicar, estão vinculados à produção e podem influenciar a conduta humana, estimulando, organizando, desorganizando, ativando ou não indivíduos sociais. (FERREIRA, 1995, p. 16)

Portanto a imprensa sindical

[...] destaca-se como instrumento de comunicação com características próprias, produzida a partir de uma perspectiva diferenciada e de outro lugar social. Pressupõe a existência de ação organizada de um setor da sociedade em oposição a outro. Nela os trabalhadores assalariados aparecem como agentes determinantes do processo de comunicação. (FÍGARO, 1993, p.3)

No entanto, o papel classista da imprensa sindical vai depender, entre outros fatores, da postura das lideranças sindicais e do projeto político-ideológico dos sindicatos. Assim, a imprensa sindical se destaca como um elemento importantíssimo da comunicação sindical, e, portanto, da ação sindical, por ser um instrumento que pressupõe uma perspectiva diferenciada e de ação organizada, na busca de formar um contra espaço de resistência dos/pelos trabalhadores ao avanço expropriante do capital.

Portanto, vale afirmar, de acordo com Ferreira (1995), que a principal diferença entre a imprensa proletária e a imprensa sindical está no fato de que com as mudanças sofridas nos sindicatos, originaram novos elementos dentro do sindicalismo que mudaram a feição da imprensa operária. Com o surgimento do novo sindicalismo surgiu também uma nova imprensa dentro dos sindicatos que já não mais se assemelhava à imprensa proletária, esta nova imprensa já não tinha mais a figura do operário como principal elemento de elaboração dos seus jornais. Aí então se concretiza a imprensa sindical, assim denominada, buscando profissionais especializados para assumir a elaboração de jornais, folhetins, entre outros elementos da comunicação sindical.

Para Ferreira (1995) há também diferença no conteúdo abordado entre as duas imprensas. Segundo a autora enquanto a imprensa operária tem seu conteúdo como o resultado de um conjunto de informações, preocupações e propostas, etc., sendo produzido pela coletividade e para ela mesma. A figura do jornal para essa imprensa se apresenta como um instrumento de informação conscientizador e de mobilização, onde o receptor não é um elemento passivo, e sim alguém que possui interesses comuns e participantes da mesma forma de organização.

Já a imprensa sindical que deveria representar as aspirações da categoria representada pelo sindicato está refém, em muitos casos, da diretoria sindical. Ou seja, a imprensa representa muito mais a diretoria e às vezes o partido político ligado a ela do que os próprios trabalhadores da categoria. Desta forma a imprensa sindical está ligada ao posicionamento político-ideológico que as lideranças sindicais assumem e que expressam nas suas ações, podendo de acordo com o seu posicionamento contribuir ou não com os ideais capitalistas em detrimento dos interesses dos trabalhadores, ou então, ser de fato uma imprensa classista que busque uma emancipação dos trabalhadores e uma nova sociabilidade que não está imposta pelo capital.

A guisa de conclusão: pensando a geograficidade da imprensa sindical

A importância de se estudar a territorialização dos sindicatos, tendo a imprensa sindical como fonte para a análise está na característica principal que a comunicação assume na organização e ação dos sindicatos. A comunicação sindical pode atuar junto aos trabalhadores para informar politicamente e conscientemente das investidas do capital na busca da degradação do trabalho, como também da condição existencial do próprio

indivíduo que vive do trabalho. Contudo, esta perspectiva de atuação desta imprensa vai depender dos posicionamentos político-ideológico presentes nos sindicatos e expressados pelos dirigentes sindicais.

Outro fator importante é que a luta de classes se dá em diversos campos de embates, e o meio simbólico não está imune às investidas do grande capital em manter o *status quo*, ou seja, a imprensa sindical pode ser um veículo que tenha as funções que a imprensa operária teve no final do século XIX e início do século XX, de posicionamentos e atuações reivindicatórias e de pensar um espaço contra hegemônico.

Nesta perspectiva, vale salientar que entendemos então a imprensa sindical como elemento importantíssimo dentro do movimento sindical, e que, sobretudo, é um elemento veiculador do programa político-ideológico dos sindicatos. Neste sentido, o motivo de se utilizar a comunicação sindical como mecanismo de compreensão sobre os posicionamentos políticos-ideológicos, é que este também revela a configuração da luta de classe no campo simbólico, ou seja, no campo das representações simbólicas que se diferenciam de acordo com suas concepções distintas de comunicação e que se orientam em diferentes linhas políticas. Assim veremos duas realidades, uma

[...] grande imprensa portadora do discurso dominante estrutura-se como uma empresa de mercado, com forte hierarquização e autoritarismo, assumindo como perspectiva a satisfação do cliente, subsumindo o papel formador de opiniões da imprensa, de outro lado a comunicação sindical portadora do discurso dos dirigentes sindicais, em que na identificação com o projeto operário, organiza-se, ou pretende se organizar, para exercer a contra-voz, utilizando a comunicação sindical como instrumento de consecução da contrahegemonia. (CARVALHAL, 2000b, p.113)

Deste modo, diante dessas ambiguidades da imprensa sindical verificamos como essa comunicação sindical é um instrumento estratégico, que pode ser usado na luta para conscientizar e convencer os trabalhadores sobre os projetos políticos dos sindicatos, porém como coloca Carvalhal (2000b), o sindicato não está imune ao movimento da própria sociedade, dos mecanismos da grande imprensa que tenta influenciar na conduta humana e o de criar ou manter uma sociedade voltada às determinações do capital. Assim, estamos diante de uma difícil tarefa, porém necessária para a análise crítica desses elementos sindicais num estudo geográfico. Afinal,

Como geografia é fundamental estabelecermos os liames dos sujeitos sindicatos na luta de classes, ou seja, como agem na resistência ou apoio às formas materiais e ideológicas do desenvolvimento capitalista, contrariando ou não sua territorialização, pois os sindicatos ao se

negarem como contradição do capital agem como sujeitos do aperfeiçoamento do capital, em suas variadas escalas. (CARVALHAL, 2009, p.160)

Como já destacamos, a imprensa sindical é um importante instrumento metodológico para vislumbrarmos os diferentes posicionamentos políticos dos sindicatos, aspecto importante para entender a territorialização dos sindicatos e dos trabalhadores, pois tais posicionamentos deixam marcas no território ao assumirem posturas de confrontação/resistência/conformação à dinâmica territorial do capital.

Sendo assim, o que se constata é que o território vem carregado de relações sociais e de relações de poder, de modo que este conjunto de relações proporciona um conjunto de dinâmicas, movimentos, jogos de forças, interesses, discursos e ideologias, o que neste artigo, partilharemos como uma ideia básica para o que se entende por territorialização.

Neste sentido os sindicatos, enquanto entidades de representação coletiva dos trabalhadores assalariados possuem uma territorialização dependente do desenvolvimento capitalista, de forma que sua existência é precedida pelo processo de assalariamento, ou seja, a transformação das relações de trabalho em trabalho assalariado. Portanto a desigualdade espacial do assalariamento é a condição primária para a territorialização diferenciada dos sindicatos. Obviamente que essa condição primária é insuficiente para entender como os sindicatos reagem de formas diferenciadas aos processos precarizantes do capital. Daí então se reafirma a importância de se estudar em geografia o trabalho e o trabalhador como tema central nas pesquisas, que de fato estejam comprometidas com a realidade.

Referencias bibliográficas

ANTUNES, Ricardo. **O continente do labor**. São Paulo: Boitempo, 2011.

BOITO JUNIOR, Armando. **Política neoliberal no Brasil**. São Paulo: Editora Xamã, 1999.

CARVALHAL, Marcelo Dornelis. Trabalho, sindicatos e gestão territorial da sociedade. In: **Revista Pegada**. Presidente Prudente: Centro de Estudos de Geografia do Trabalho. v.1, p.1-25, 2000a.

_____. **A Comunicação Sindical em Presidente Prudente/SP:** elementos para uma “Leitura” Geográfica. 2000. 206p. Dissertação de mestrado. FCT/Presidente Prudente, 2000b.

_____. A expansão do trabalho fabril na região Oeste do Paraná: a (re) centralidade do trabalho e o desenvolvimento desigual capitalista. In. **Anais do VIII Encontro Nacional da Anpege**. Curitiba, 2009.

FERREIRA, Maria Nazareth. **Imprensa Operária no Brasil**. São Paulo: Editora Ática S.A, 1988.

_____. (Org.) **O Impasse da Comunicação Sindical:** de processo interativo a transmissora de mensagens. São Paulo: CEBELA, 1995.

FÍGARO, Roseli A. **O discurso da Imprensa sindical: formas e usos**. 1993. Dissertação de mestrado. ECA/USP, São Paulo, 1993.

GIONNOTTI, Vito; SANTIAGO, Claudia. **Comunicação sindical:** falando para milhões. Petrópolis: Vozes, 1996.

LARA, Ricardo. Contribuições acerca dos desafios do movimento sindical diante da crise do capital. In: LOURENÇO, Edvânia; NAVARRO, Vera; BERTANI, Iris; SILVA, J. F. S; SANT’ANA, Raquel. **O avesso do trabalho II:** trabalho, precarização e saúde do trabalhador. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p 85-106.

MOMESSO, Luís Anastácio. **Comunicação sindical:** limite contradições e perspectivas. 1994. Tese de doutorado. ECA/USP, São Paulo, 1994.

REDE BRASIL ATUAL. **Atualização do Ministério do Trabalho mantém cinco centrais reconhecidas**. 2013. Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/temas/trabalho/2013/04/atualizacao-do-ministerio-do-trabalho-mantem-cinco-centrais-reconhecidas>>. Acesso em 30 de abril de 2013.

RODRIGUES, José Albertino. **Sindicato e desenvolvimento no Brasil**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. **Por trás dos canaviais, os nós da cana:** a relação capital x trabalho e o movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canavieira paulista. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2002.

TROYANO, Annez Andraus. **Estado e sindicalismo**. São Paulo: Símbolo, 1978.